

**LIMITES E POSSIBILIDADES DO FEMINISMO PORTUGUÊS NA
PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX, A PARTIR DA ANÁLISE
DE *ALMA FEMININA*⁽¹⁾**

**THE LIMITATIONS AND POSSIBILITIES OF PORTUGUESE
FEMINISM IN THE 20TH CENTURY'S FIRST DECADE, BASED ON
THE ANALYSIS OF *ALMA FEMININA***

JAQUELINE MORAES DE ALMEIDA
Universidade de Coimbra, CEIS20, Faculdade de Letras
jaquelinemoraesalmeida@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6284-0801>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/07/2022
Texto aprovado em / Text approved on: 23/03/2023

Resumo:

A partir da crítica à narrativa que utiliza as ondas como metáfora (Laughlin et al. 2010), o objetivo do estudo centra-se na identificação e análise das disputas em torno do feminismo, no contexto português durante a década que inaugura o século XX. *Alma Feminina* – periódico de efêmera circulação (1907-1908), que teve Virgínia Quaresma como redatora-chefe – oferece evidências a respeito de tais disputas, além de apresentar propostas de emancipação feminina que dialogavam com projetos de futuro mais alargados, associados, por exemplo, às utopias do século XIX.

(1) Este trabalho é financiado por fundos nacionais e comunitários por meio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) – Bolsa de Doutoramento ref. 2022.09562.BD.

Palavras-chave:

Feminismo; Imprensa feminina; Interseccionalidade; Socialismo utópico; Feminismo de tendência libertária.

Abstract:

Revisiting the waves metaphor model (Laughlin et al., 2010), the goal of the present study is to identify and analyze the disputes in which feminism was involved in Portugal during the first decade of the 20th century. «Alma Feminina» – a journal of short circulation (1907-1908), that had Virgínia Quaresma as the main editor – offers evidence about these disputes and presents proposals of feminine emancipation that dialogued and were associated with larger projects for the future e.g. with the 19th century's utopias.

Keywords:

Feminism; Feminine press; Intersectionality; Utopic socialism; Anarchofeminism.

Quais vozes podiam falar em nome do feminismo?

Em *Imprensa Feminina e feminismo no Brasil*, Constância Duarte recorreu aos periódicos femininos brasileiros, publicados ao longo do século XIX, a fim de compreender o percurso realizado por mulheres e as especificidades do movimento feminista no Brasil. Para a autora, foi a leitura que permitiu às mulheres uma tomada de consciência relativa ao estatuto que ocupavam na sociedade, o que, por sua vez, «propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados» (Duarte 2016: 35). Apesar dos impactos advindos dessa escrita pública de autoria feminina, com suas denúncias e reivindicações, é a ela que recorreremos hoje – tal como o fez Duarte – quando pretendemos contribuir com uma história das mulheres e do gênero. Ao pensar a imprensa enquanto instrumento de construção cultural, Dulcília Buitoni buscou compreender, já na transição das décadas de 1970 e 1980, de que forma os conteúdos presentes em periódicos especialmente dirigidos às mulheres ajudaram a criar uma consciência feminina (Buitoni 2009). Em Portugal, a inventariação dos periódicos femininos foi realizada na transição das décadas de 1980 e 1990 por Ivone Leal (1992), fomentando e facilitando

trabalhos posteriores como os de autoria de Ana Lopes (2005) e Maria Helena Vilas-Boas e Alvim (2005). Estes e outros estudos que utilizaram os periódicos femininos e feministas como fonte foram imprescindíveis à compreensão do gênero enquanto construção social; e, por outro lado, apresentaram-nos vozes femininas.

Entretanto, aquelas «vozes femininas», em sua maioria, eram representantes de uma parcela privilegiada da população, sobretudo num contexto como o da transição dos séculos XIX e XX, em países como Brasil e Portugal. Neste último, o primeiro liceu feminino, Maria Pia, foi fundado em 1906, acolhendo as filhas de comerciantes, membros das camadas médias – as meninas oriundas das camadas altas costumavam ser educadas em casa, «a mais das vezes por educadoras francesas» (Seixas 2004: 13). Frequentemente, portanto, a história das mulheres que utiliza os periódicos femininos como fonte narra eventos e/ou situações associados a uma parcela menor da população feminina. Tal afirmação é necessária por, ao menos, duas razões: I. a fim de que não se incorra ao equívoco de pensar «a mulher» no singular, sem levar em conta as possíveis interações entre gênero e outros eixos de opressão (Crenshaw 1989: 139-167); II. a fim de que não se incorra ao equívoco de atribuir às mulheres escritoras ou às primeiras profissionais liberais – mulheres, em sua maioria, pertencentes às camadas médias e altas – certo pioneirismo relacionado à ocupação de espaços públicos. Assim, quando Buitoni associa os periódicos dirigidos às mulheres à construção de uma consciência feminina, é válido questionar se tal consciência, mesmo com sua pretensão universal, foi igualmente partilhada por diferentes mulheres.

Parece não haver dúvida sobre a importância da escrita pública feminina para o desenvolvimento do feminismo enquanto um movimento social organizado. Sobre os periódicos inventariados, Leal afirmou: apreende-se «uma tomada de consciência crescente por parte das autoras de longos artigos ou de pequenas crônicas e notícias insertas nestes jornais e revistas, e por parte das leitoras (...) do direito das mulheres à instrução e à formação profissional» (Leal 1992: 11). Na mesma linha, mas pensando o caso brasileiro, Duarte ressaltou a concomitância entre a literatura, a imprensa e a consciência femininas (Duarte 2016: 26). Novamente, para não incorrer no equívoco de uma narrativa homogênea, cabe a reflexão: teria essa «consciência feminina» se manifestado em outros espaços, diferente daquele reservado à escrita pública? Registros históricos indicam, embora timidamente, que sim,

vide a forma como mulheres trabalhadoras reivindicaram seus direitos, participando de ações diretas, mas também a partir do desenvolvimento de grupos voltados à instrução do sexo feminino – em Portugal, é exemplo o Grupo 1º de Janeiro, sucedido pela União das Mulheres Anarquistas (1913-1915). Tendo em vista as diferentes formas com as quais a opressão de gênero tocou a vida das mulheres, a depender de outras características identitárias que carregavam, como raça e classe, parece mais adequado o uso do plural: consciências femininas.

Se o feminismo foi, de alguma forma, compreendido como uma consequência de tomadas de consciência reverberadas na escrita de mulheres com algum privilégio, e se tal escrita acabou por fortalecer o movimento, especialmente no início do século XX, então é suposto afirmar que o feminismo – pelo menos o mais conhecido, recorrente na imprensa do período e, mais tarde, na memória coletiva dos sujeitos – foi traçado e orientado por uma parcela específica de mulheres e homens⁽²⁾. Isso não significa, entretanto, que mulheres pobres e/ou críticas da sociedade moderna tivessem ignorado o desejo e a luta pela emancipação de seu sexo. Mas teriam elas chances reais de falar em nome do feminismo, disputando espaços com pessoas que verdadeiramente poderiam se dedicar à atividade da escrita; pessoas como Olga Morais Sarmiento da Silveira ou Ana de Castro Osório? Para além dessa disputa assimétrica, existiram outras em torno do feminismo, protagonizadas por mulheres e homens pertencentes às elites, sobretudo num contexto de embates envolvendo modelos políticos e ideologias. *Alma Feminina*, um periódico feminino português de efêmera circulação, evidencia tais disputas, ajudando-nos a compreender o feminismo enquanto parte importante de um projeto de futuro mais alargado.

Por que utilizar *Alma Feminina* como fonte documental?

Lançado em maio de 1907, *Alma Feminina* apresentou-se como um periódico redigido «pelas mais notáveis escritoras portuguesas

(2) Entre os homens portugueses que escreveram sobre feminismo, na transição dos séculos, pode-se citar Esteves Pereira, com a obra *O feminismo na indústria portuguesa* (1897); Jaime de Almeida, com *A questão feminista* (1909); e Abúndio da Silva, com *Feminismo e ação feminina* (1912).

e brasileiras», tendo Albertina Paraíso como Diretora e Virgínia Quaresma⁽³⁾ como Redatora-Chefe. O preço da assinatura do periódico era determinado pelo tempo de contrato e pela localização residencial dos assinantes, sendo um valor atribuído às localidades que incluíam Portugal Continental, Espanha, Ilhas e Colônias; e outro (exclusivamente contrato anual) às localidades ditas estrangeiras, com destaque para o Brasil. Embora de circulação imprecisa e efêmera, *Alma Feminina* foi selecionada como uma das fontes de uma investigação de Doutorado (em andamento) intitulada «Não serei eu feminista? As disputas em torno da posição sujeito feminista, Portugal e Brasil (1889-1930)» por duas razões: I. porque, a partir de seus conteúdos objetivou definir / caracterizar o feminismo; II. porque elucida, em algumas situações, as disputas em torno do movimento.

A defesa de que o feminismo foi objeto de disputas é sustentada por três observações. Dada a mudança de significado da própria palavra «feminismo» – antes utilizada pelas ciências médicas para caracterizar homens com traços feminis⁽⁴⁾ –, parece ter havido um esforço por parte da imprensa em buscar explicar o fenômeno de tendência internacional. Exemplo disso é o texto publicado no periódico maranhense *A Pacotilha*, em agosto de 1891:

Em Paris, a palavra feminismo está em moda, aparece em todos os livros, borboleteia em todas as conversações: é o vocábulo favorito de psicólogos chics, gênero Bourget. O que é, porém, o feminismo? Que sentido perturbante encerra esta palavra misteriosa? Qual é o segredo da sua rápida fortuna e de que elementos vagos e dispersos, de que finas e delicadas sensações é ele a síntese feliz (*A Pacotilha*, 2 de agosto de 1891: 1)?

(3) A maneira como a memória de uma pessoa é elaborada expressa o perfil e as intenções do tempo e da sociedade que a reivindica. No começo dos anos 2000, Virgínia Quaresma (1882-1973) foi caracterizada por Maria Augusta Seixas, em sua Tese de Mestrado, como a «primeira jornalista portuguesa a exercer a profissão na sua conceção actual»; defensora da amizade entre Portugal e Brasil; «lutadora feminista defensora da igualdade de direitos entre homens e mulheres» (Seixas 2004). Atualmente, são outros os atributos associados à vida e à trajetória de Quaresma que mobilizam aquelas que fazem o resgate de sua memória: sua identidade marcada pela ancestralidade africana e sua sexualidade. Ver, por exemplo: <<https://afrolink.pt/mulher-negra-e-lesbica-as-lutas-da-primeira-jornalista-portuguesa/>> (acessado em julho de 2022).

(4) A palavra ainda foi utilizada com tal conotação em 1889, no periódico brasileiro *O Meio*, por exemplo.

As respostas às questões, no texto em evidência, são esvaziadas de significados, imprecisas, com demasiada carga poética: «O feminismo é o hálito estonteante de todas as mulheres; o rangido musical das moles botinas, a voluptuosa ondulação dos vestidos» (*A Pacotilha*, 2 de agosto de 1891: 1).

Outras publicações, contudo, atribuíram contornos mais científicos ao feminismo, buscando de maneira persuasiva – se comparada às definições poéticas, como a do exemplo – controlar seus significados e potências. Diante da crescente onda de denúncias e reivindicações de autoria feminina, os intérpretes sociais (políticos, juristas, médicos, intelectuais, etc.) parecem ter compreendido a insustentabilidade de um modelo político baseado na exclusão de metade do gênero humano. Em janeiro de 1897, no *Correio de Lisboa*, Miguel Bombarda se manifestou acerca do feminismo:

Este poderoso movimento feminista, que tão fundas raízes têm lançado nos dois continentes civilizados e que ao meu espírito se levanta como um passo a mais na evolução da inteligência humana, impõem-se hoje a todo homem pensador. Nada menos que uma revolução social se anuncia; necessário é que todos os que trabalhamos nos domínios da intelectualidade, procuremos estudar a justiça das reclamações, os fundamentos em que se alteiam, bem como o modo e o termo da sua satisfação (*O Correio de Lisboa*, 27 de janeiro de 1897: 1).

No mesmo texto, contudo, o psiquiatra refutou o argumento de Marya Chéliga⁽⁵⁾, relacionado à condição de escrava da mulher no seio da família.

O que são essas terríveis manobras da mulher galanteadora? Inconsciência, vingança da raça, instintos de crueldade atávica? É o espírito da futilidade com que a mulher nasceu e com que vive? Talvez tudo isto.

(5) Maria Chéliga (Polônia, 1854 – França, 1927) foi uma das primeiras feministas, no final do século XIX, a caracterizar o feminismo de sua época. Em 1896, ela publicou dois artigos na *Revue Encyclopédique*: «Les hommes féministes» e «L'évolution du féminisme». Ambos foram traduzidos para a língua portuguesa e publicados no *Comércio de Portugal*. Dada a forte legitimidade conferida à *Revue Encyclopédique*, alguns marcos, referências e definições propostas por Chéliga nunca foram questionados e continuam, em alguma medida, a serem replicados sem qualquer problematização.

(...) Pois bem, qual dos quadros é mais doloroso? A mulher vítima imbele ou o homem transformado em escravo dos caprichos femininos?

(...) A mulher é cruel e requintada.

Se de entre os dois há um subjugado, não é por certo aquele que mais se pranteia. A mulher é a eterna dominadora. Mesmo perante as violências do macho é ela quem vence (*O Correio de Lisboa*, 27 de janeiro de 1897: 1).

Destoando dos românticos – construtores de uma representação feminina angelical –, Bombarda caracterizou a crueldade como parte inerente e imutável do sexo feminino, buscando subverter, assim, a ideia de que a mulher seria uma vítima do homem. Contradizendo-se, contestou a pertinência do feminismo. Enquanto isso, na *Alma Feminina*, Teófilo Braga, intelectual e político republicano, apresentou-se como um defensor da ideia pulsante, embora tenha atribuído contornos bem precisos àquilo que compreendia por feminismo:

Trazer a mulher a esta nova fase da existência, eis o escopo e a essência do Feminismo. Não se visa que a mulher se liberte ou se exima das naturais dependências biológicas, revoltando-se contra o seu par social, como em divórcio orgânico, em antagonismo ou concorrência com o homem. Assim o par sexual se transformará no par sociológico; se um constitui essa maravilhosa construção da Família, o outro tem de estabelecer o estado normal da humanidade (“Razão do Feminismo”, *Alma Feminina*, 13 de maio de 1907: 11).

Compartilhada por conhecidas feministas portuguesas, sobretudo por aquelas que enxergavam a República como modelo que possibilitaria a inserção política de parte do gênero feminino, a definição acima foge de uma problematização acerca das origens das desigualdades entre homens e mulheres. O trecho, aliás, sinaliza para um desejo de «modernização da desigualdade» (Besse 1999). Pertinente à uma época voltada ao futuro, com desejos de progresso, a compreensão de feminismo explicitada por Teófilo Braga, por exemplo, passa pela concessão do acesso à instrução e a alguns direitos civis à outra metade do gênero humano. Elevada moralmente, a mulher teria, então, condições de ser melhor esposa e mãe, tendo o seu lugar no desenvolvimento da Pátria, sempre ao lado do homem. É importante perceber que grande parte dos discursos feministas do período contribuíram para uma interpretação binária e

heteronormativa do mundo, sobretudo ao enfatizar a complementaridade entre homem e mulher numa relação.

Por fim, e ainda que o feminismo tenha acometido pessoas e projetos associados às velhas instituições, como a Monarquia e a Maçonaria (Esteves 2001: 88), o movimento é fruto de um tempo marcado pela crença no futuro. E, como tal, cada projeto de futuro defendeu o seu modelo de emancipação feminina, sendo alguns mais radicais e outros nem tanto. Ainda é importante frisar que dentro de um mesmo espectro existiram embates, como ocorreu entre as republicanas portuguesas a respeito do perfil da mulher votante – o embate, agravado por outras questões, resultou na racha da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a partir da criação da Associação de Propaganda Feminista (Vaquinhas 2013: 261-262).

O feminismo defendido literalmente em *Alma Feminina* é estratégico, especialmente nos primeiros números. Tal afirmação parte de observações relacionadas ao possível núcleo consumidor do jornal, formado em sua maioria por mulheres que estavam «em condições de reunir as capacidades literárias, os meios financeiros, a disponibilidade de tempo» (Guinote 1997: 136). A hipótese é baseada no percentual de analfabetos do período e no poder de compra da população. De acordo com os dados do Censo da População de Portugal de 1911, das 3.131.365 «fêmeas» que integravam a população de facto, apenas 589.418 sabiam ler, o que representa 19%, aproximadamente, do grupo feminino (Ministério das Finanças 1911: 366-67). Ademais, a maioria das mulheres que colaboraram e que foram referenciadas no periódico – sobretudo aquelas que apareceram na seção «De relance» – pertenciam a famílias com algum poder aquisitivo. Muitas destas – como Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Maria Amália Vaz de Carvalho⁽⁶⁾, Ana de Castro Osório – foram porta-vozes de um tipo de feminismo com inclinação liberal, estando mais comprometidas com

(6) Ainda no final do século XIX, quando os intelectuais e a grande imprensa buscavam compreender e caracterizar o fenômeno feminista, Maria Amália Vaz de Carvalho escreveu: «(...) contra o feminismo, no que ele tem de odioso e cínico, a favor do feminismo no que ele tem de justo e de simpático. Questão complexa, a tal questão do feminismo, que é necessário subdividir e esclarecer. Há quem peça simplesmente para a mulher algumas alterações na lei, que lhe permitirão uma ação mais livre na esfera econômica em que hoje se debatem os principais interesses do mundo. E quem poderá negar que esta reclamação é absolutamente justa, racional, e há de a breve trecho ser cumprida em todas as legislações da Europa civilizada? (...) Achamos bem justo (...) a ânsia que a mulher tem de preparar-se para um trabalho que a emancipe da miséria, e lhe dê independência material tão preciosa e tão moralizadora» (*Mensagem*, 30 de junho de 1898: 285-286).

pautas relacionadas à igualdade de direitos entre homens e mulheres, sem tocar em temas considerados mais radicais. Assim, os primeiros textos sobre feminismo publicados em *Alma Feminina* defenderam uma vertente que se autodenominava mais moderada, porque comprometida com o coração, mas, sobretudo, com o cérebro: «O nosso combate feminista será um combate leal de cérebro e de coração e podemos altivamente afirmar que os próprios espíritos acorrentados a um atavismo que nos envergonha e humilha, hão de no fundo das suas consciências, acabar por transigir com a justiça dos nossos argumentos» (“O nosso jornal”, *Alma Feminina*, 6 de maio de 1907: 2). É importante dizer que mesmo certo feminismo-sufragista professado por mulheres «mais exaltadas», partidárias de ações diretas, foi condenado por boa parte das feministas portuguesas. Numa época em que as mulheres tinham de provar incansavelmente suas habilidades intelectuais – embora sem parecer masculinizadas – saber equilibrar elementos racionais (considerados genuinamente masculinos) e feminis parecia ser a grande estratégia utilizada por algumas feministas que almejavam, por meio do exemplo pessoal, argumentar a favor de algumas pessoas de seu sexo.

A própria intenção relacionada à definição do feminismo indica as disputas em torno da teorização e da prática do movimento, já que a afirmação de algo pode também se dar a partir da negação – por exemplo, quando a editora de *Alma Feminina* disse: «Este feminismo pouco criterioso, mas que, por vezes, se impõem à nossa simpatia por ser um brado generoso de espíritos muito liberais, não pode de forma nenhuma interessar-nos nem ter jus aos nossos aplausos» (“Feminismo e feministas”, *Alma Feminina*, 8 de agosto de 1907: 66)⁽⁷⁾. Entretanto, existiram situações nos bastidores da revista que expressam alguns dos conflitos envolvendo as vozes do feminismo português de então. Um deles se deu entre Virgínia Quaresma e Alice Pestana (Caiel). Ao que parece, esta última não teria gostado de ler um fragmento textual de sua autoria, publicado em *Alma Feminina*, sem a devida referência. Então, manifestou seu desagrado publicamente, por meio de um texto publicado no *Diário de Notícias*, periódico de relevante circulação – o que, de certa forma, pôs em causa a legitimidade de *Alma Feminina*. Virgínia expôs o ocorrido no editorial do Número 5, publicado em 6 de junho de

(7) O mesmo texto foi publicado no «O Jornal da Mulher» do periódico *O Mundo*, em 7 de fevereiro de 1908, assinado por Virgínia Quaresma.

1907. No texto, a redatora dá a entender que a postura de Caiel não era coerente àquela esperada de uma «verdadeira e consistente feminista». É válido dizer que, um ano antes da referida polêmica, a jornalista caracterizara Maria Veleda como uma «pseudofeminista», em outra querela documentada em *A Vanguarda* (“Ainda as pseudo-feministas”, *Vanguarda*, 6 de agosto de 1906: 2; Seixas 2004: 209).

Outro conflito ocorreu em meados de agosto de 1907, quando a revista fora adquirida por C. A. Silva, passando à administração de Álvaro Prazeres. No editorial do Número 10, intitulado «A reaparição de nosso jornal», lê-se:

Ontem como hoje e hoje como amanhã a vontade tenaz em sustentarmos uma ativa propaganda do ideal feminista há de ter uma unidade absoluta na essência, conquanto fatos acidentais, circunstâncias e aparências várias nos queiram contradizer na superfície. Motivos de caráter particular obrigaram a redação primitiva da *Alma Feminina* a deixar de fazer parte efetiva deste jornal – solidariamente, unanimemente assim o deliberamos e essa deliberação trouxemos a público (“A reaparição de nosso jornal”, *Alma Feminina*, 25 de agosto de 1907: 74).

Na ocasião, *Alma Feminina* se assumiu abertamente como uma publicação feminista, diferentemente do que fez em seu editorial de lançamento, em maio daquele mesmo ano⁽⁸⁾. Não foi possível localizar documentos que pudessem explicar melhor tal ruptura – que pode ter-se dado por razões meramente práticas, como o baixo retorno financeiro do periódico; ou por razões ideológicas, relacionadas, por exemplo, à guinada feminista do jornal.

(Outras) estratégias de *Alma Feminina*

Tal como outros periódicos femininos ou de variedades que circularam no mesmo período, os oito primeiros números de *Alma*

(8) A notícia do lançamento de *Alma Feminina* foi veiculada no «Jornal da Mulher» pela própria Virgínia Quaresma, em 5 de maio de 1907. No texto, a jornalista explica que *Alma Feminina* não seria um periódico exclusivamente dedicado às «modernas ideias do feminismo», e acrescenta que o assunto, embora palpitante, parecia ser «excessivamente árido talvez para poder satisfazer por completo ao nosso público e ao nosso meio».

Feminina reservaram uma quantidade significativa de páginas (cerca de 10% delas) para a publicação de anúncios publicitários. Vários destes, no entanto, eram dedicados exclusivamente à divulgação de negócios femininos: por exemplo, os consultórios médicos de Domitila de Carvalho e de Adelaide Cabete, e a floricultura de Maria Carolina Pimenta. A estratégia, financeiramente positiva para o periódico tal como eram os concursos, também ajudava a legitimar a capacidade intelectual de mulheres, fomentando uma cultura de posituação das profissionais liberais do sexo feminino.

Alma Feminina também se configurou enquanto um jornal ilustrado, uma vez que reservou parte significativa de suas páginas à publicação de espontâneos e de fotografias posadas, um recurso muito utilizado na altura, uma vez que expressava o alinhamento dos periódicos que o utilizava com uma linguagem moderna; ao mesmo tempo, despertava a curiosidade das pessoas fotografadas e de outras interessadas, por exemplo, em saber mais a respeito dos eventos frequentados pelas elites locais. Ademais, o conteúdo imagético e as seções tradicionalmente femininas, como «Elegância e Mundanidades», ofereciam um contraponto às discussões mais áridas relacionadas ao feminismo, atraindo um público leitor mais diversificado.

Outra ideia interessante do periódico, provavelmente vinda de Virgínia Quaresma, foi a de manter uma seção dedicada à publicação de entrevistas realizadas com grandes personalidades masculinas portuguesas do momento, que se dedicaram a pensar o fenômeno do feminismo. A fim de transparecer certa neutralidade política, *Alma Feminina* conferiu visibilidade a pessoas relacionadas tanto à Monarquia quanto ao Republicanismo, intercalando entrevistas como as de Lopes de Mendonça e de João Chagas, por exemplo. Ao tornar o feminismo um objeto de interesse alargado, conectado, inclusive, à possibilidade de uma sociedade futura, os responsáveis pelo periódico acabaram por promover sua circulação em espaços masculinizados, por exemplo. De quebra, o segmento pôde funcionar como espécie de portfólio para Virgínia, a entrevistadora – esta que, provavelmente, tinha imenso interesse em se legitimar enquanto repórter.

Do que foi observado até o momento, pode-se chegar à conclusão de que *Alma Feminina*, tal como outras publicações femininas da altura, apresentou-se como um periódico com objetivos feministas, sim, mas voltado às demandas de uma parcela específica da população feminina,

a dizer, uma população feminina branca⁽⁹⁾, com acesso à educação (incluindo a de nível superior) e, portanto, mais abastada, com condições, inclusive, de adquirir bens considerados supérfluos, como a própria *Alma Feminina*.

Para além das estratégias: a possibilidade de um feminismo mais amplo

Por outro lado, se olharmos bem, *Alma Feminina* se assemelha, em algum sentido, aos periódicos que, na ainda segunda metade do século XIX, foram divulgadores do pensamento utópico traduzido em correntes fourieristas e saint-simonianas, por exemplo. As manifestações do que se caracteriza como socialismo utópico partiram da análise crítica de um modelo burguês de civilização baseado no capitalismo e numa moral recalcada e repressiva. Charles Fourier (1772-1837), por exemplo, buscou evidenciar, nas palavras de Gloria Espigado Tocino: «las consecuencias perniciosas del falso orden doméstico, identificado con el matrimonio monógamo y la familia, como instituciones paralizantes del progreso social, pasando a criticar el papel limitado que se otorgaba a las mujeres en este contexto de desvarío irracional» (Espigado Tocino 2008: 16). Dada a concomitância da circulação destas ideias e do incremento da escrita pública feminina, é possível considerar que o pensamento utópico tenha não apenas legitimado a denúncia aberta da condição da mulher na sociedade – inclusive por vozes femininas –, como também tenha

(9) Consideramos imprescindível a utilização deste marcador racial, uma vez que: I) a revista era comercializada em espaços múltiplos, incluindo Portugal Continental, Ilhas, as então Colônias Portuguesas, Brasil, Espanha etc.; II) ainda que sua circulação fosse, hipoteticamente, restrita ao Continente, não é possível afirmar que Portugal foi, no início do século XX, uma sociedade etnicamente ou racialmente homogênea. Isabel Castro Henriques escreveu que no país, «a presença africana constitui um fenómeno histórico singular e plurissecular», possuindo «hoje uma demografia significativa de pessoas directa ou indirectamente oriundas de África, aqui instaladas no tempo longo da história» (Henriques 2019: 3). Ainda sobre a importância de se reconhecer as incontáveis contribuições das pessoas africanas e afrodescendentes «para a construção social, económica, cultural dos espaços do mundo para onde migraram, à força ou por vontade própria, ao longo da história», Henriques, citando o exemplo de pessoas como a própria Virgínia Quaresma, evidencia que os chamados «'Mulatos', considerados mais pretos que brancos, puderam reforçar a sua posição, nos séculos XIX e XX, apesar da emergência e da consolidação das teorias científicas que legitimavam a hierarquização das raças, das geografias, das civilizações» (Henriques 2019: 24-25).

inspirado posicionamentos pró-emancipação a partir de um referencial anticapitalista. Na Espanha, por exemplo, os periódicos gaditanos *El Pensil de Iberia* (1857) e *La Buena Nueva* (1865-66), promovidos por Josefa Zapata (1822-1870) e Margarita Pérez de Celis (1840-1882), romperam com o típico perfil de revista de salão e moda, com o objetivo de transcender «a una literatura que no reconoce géneros y temáticas específicas según el sexo, si bien un núcleo fundamental de los temas que desarrollen partirán de la consideración de la visible marginación en que se encuentran las mujeres» (idem: 16).

É provável que as pinceladas fourieristas e/ou saint-simonianas presentes em *Alma Feminina* tenham sido obra de Angelina Vidal (1853-1917), responsável, no periódico, por textos que denunciaram a situação da mulher proletária⁽¹⁰⁾. Embora tivesse rompido com o Partido Republicano já nos anos 1880, na altura em que escreveu para *Alma Feminina*, Angelina ainda era devota da revolução republicana federalista: «A República é o regime que advoga, o socialismo a filosofia que professa, a revolução o meio que preconiza para atingir esses desideratos» – escreveu seu biógrafo, Mário de Campos Vidal (Vidal 2010: 60). O envolvimento com a causa republicana, reverberado em muitos periódicos, conferiu à Angelina um estatuto de pessoa pública, aproximando-a de importantes homens da época, como Teófilo Braga e Magalhães Lima. Tal publicização foi encarada de maneira dúbia por parte de seus colegas: «(...) viam-se confrontados entre o interesse de uma presença feminina de destaque nas suas hostes e as reações que as suas atitudes e escritos certamente originavam na esmagadora maioria das mulheres e dos homens, da média e alta burguesias» (Vidal 2010: 62). A problemática desenvolvida por Mário Vidal pode ser estendida à relação entre os republicanos e as feministas, basta referenciar o episódio em que Maria Veleda – considerada «demasiadamente vermelha» por António José de Almeida – foi impossibilitada de compor a comissão organizadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (Monteiro 2004: 102). Voltando à Angelina: as relações conturbadas que envolveram a sua vida particular, o seu exercício profissional e a sua militância parecem ter intensificado a sua defesa em torno da mulher, especialmente daquela em condição de vulnerabilidade. Num

(10) De acordo com Christiane Veauvy (2017), a escola saint-simoniana emprestou diversos elementos do fourierismo.

texto publicado ainda em 1885, na *Gazeta Maçônica*, ela chamou a atenção para o fato de a emancipação feminina não ser tema de estudo de filósofos, políticos e moralistas por ser considerada «ridícula e utópica». E insistiu: «Desde o visionário Platão a Augusto Comte e Proudhon a dignidade humana da mãe de família há sido arrastada ao pelourinho do desprezo. A não ser S. Simon, poucos espíritos cultos não dispensado atenção à necessidade de formar mulheres que saibam criar homens, e educar gerações» (“A Mulher”, *Gazeta Maçônica*, 1 de agosto de 1885: 2). A exceção colocada pela autora é relevante para a hipótese apresentada no início do parágrafo: «S. Simon» ou Saint Simon (1760-1825) deixou uma obra importante, embora pouco conhecida (Veauvy 2017: 10). Fato é que o saint-simonismo – doutrina, escola, igreja, laboratório de ideias, movimento... tudo isso, sucessivamente ou concorrentemente – incorporou e deu visibilidade à questão da mulher, particularmente no contexto da Revolução de 1830, na França (Veauvy 2017: 11). Saint-simonianas, como Claire Démar – apontada, aliás, como uma feminista, num daqueles textos escritos por Maria Chéliga para a *Revue Encyclopédique* –, escreveram sobre sexualidade, corpo, amor, morte; e, dado o formato epistolar de seus textos, foram qualificadas por Laure Adler como as «primeiras jornalistas» (Adler 1979). Sabe-se que Angelina Vidal expressou apreço por Saint Simon, conforme demonstrado, mas é também possível que sua colega de ofício, Virgínia Quaresma, tenha entrado em contato com a doutrina saint-simoniana, dado o seu interesse pelo jornalismo e sua tentativa de se legitimar enquanto uma profissional do ramo.

Em *Alma Feminina*, a centralidade por vezes conferida às mulheres pobres pode sugerir duas interpretações: a de que o feminismo defendido pelo periódico extrapolava, em algum sentido, o modelo liberal – mais conveniente à boa parte das autoproclamadas feministas, interessadas em dividir com os homens de sua classe social as benesses do capitalismo. A outra interpretação soa mais como uma estratégia: ao conferir visibilidade aos trabalhos desempenhados por mulheres pobres, o argumento dito biológico relacionado à inferioridade do sexo feminino, defendido por alguns médicos e juristas da altura, tornava-se inválido. Em outras palavras, ao problematizar as pesadas condições de trabalho e expor a dupla jornada de mulheres operárias, *Alma Feminina* tornava evidente as incoerências daqueles que associavam os limites dos direitos femininos à suposta inferioridade biológica do chamado sexo frágil. Intencionalmente

ou não, o periódico evidenciou que, apesar das opressões relativas ao gênero, as diferenças entre as mulheres eram muitas, a depender de outras características identitárias, como classe e raça⁽¹¹⁾.

A operária é a mais triste vítima do embate social, travado entre o capitalista e o que trabalha. Depois de uma luta insana, gotejada de suor e finalizada no fim do dia com uma fadiga mal reparada, o salário que lhe entregam é incomparavelmente inferior ao que concedem ao seu companheiro de trabalho.

(...) E existe aqui, sem dúvida, um crucial paradoxo: se a sua construção física é mais fraca, se os seus atributos fisiológicos deram motivo a chamarem à mulher o 'sexo frágil', o trabalho dela requer evidentemente um esforço mais violento e digno de ser remunerado. Todavia, a prática da vida, o interesse brutal do capitalista, não encaram assim.

(...) É também na operária que os códigos caem com todo rigor da sua injustiça revoltante.

A mulher casada que trabalha não tem direito legal a dispor de seu ganho.

Depois da exploração do capitalista, vem a crueldade do legislador.

Um começa o roubo, o outro consuma-o (*Alma Feminina*, 27 de junho de 1907: 58).

Na transição dos séculos XIX e XX, as discussões acerca da presença das mulheres na indústria eram recorrentes. Esteves Pereira, por exemplo, intitulado «Professor de História das Indústrias no Instituto 19 de Setembro», escreveu a tese *O feminismo na Indústria Portuguesa*, em que defendia a evasão das operárias do setor industrial fabril português. A partir de um discurso eugenista, pautado nas supostas divergências físicas e morais entre os sexos, o autor argumentou:

A fisiologia da mulher explica muito e, se se acatassem o seu estudo e ilações, esclarecer-se-ia bastante o destino feminino.

(...) «A mulher é uma doente» afirmam todos aqueles que têm estudado a sua compleição.

(11) Vale recordar o memorável discurso proferido por Sojourner Truth, na ocasião da Women's Right Convention (Ohio, 1851), quando, ao recordar a sua condição de mulher escravizada, questionou: «Ain't I a woman?».

(...) A ideia de atribuir à mulher direitos políticos e a de supor que ela por si exclusivamente pode e deve angariar o seu sustento são a completa desvirtuação do seu destino social.

(...) Complete, pois, a mulher o homem, mas não concorra com ele. Auxilie-o ela poupando-lhe os frutos opimos da sua atividade laboriosa (Pereira 1897: 14-15).

Tal como Bombarda, em texto anteriormente citado, Pereira iniciou a tese de forma a expor sua compreensão acerca da pertinência do feminismo: «Que pretende a mulher com a sua emancipação? Subsistir-se, defender-se da miséria, adquirir elementos de vida que a livrem do doloroso sacrifício de entregar a sua mão ao homem a quem não ama» (Pereira 1897: 5). Surpreende, porém, que o autor tenha defendido a ideia de que a emancipação do sexo feminino não aconteceria por intermédio do acesso à instrução, conforme muitos advogavam, e sim pela ocupação da mulher em duas indústrias específicas: a educativa, que Pereira utiliza como sinônimo de magistério geral, e a caseira (costura, renda, bordados, sericultura, doçaria)⁽¹²⁾. O professor apelou à História, recordando uma suposta divisão sexual do trabalho na Antiguidade e na Idade Média, a fim de defender seu ponto: «Ganhar a vida sem sair de casa, sem abandonar o lar, nem a família, eis o verdadeiro ideal que a mulher deve ter em mira» (Pereira 1897: 25).

A visibilidade outorgada à situação deplorável envolta à mulher operária é um elemento comum nas reflexões desenvolvidas por Pereira e Angelina Vidal. Mobilizados por diferentes razões, ambos argumentaram que a maternidade e a educação dos «varões do futuro» – expressão utilizada por Angelina – estariam comprometidas dadas as circunstâncias físicas que acometiam as trabalhadoras nas indústrias fabris. Mas, enquanto a colaboradora de *Alma Feminina* exigiu dos industriais capitalistas a realização de medidas com vista a salvaguardar a vida e a dignidade da mulher trabalhadora; o professor culpabilizou a vítima, defendeu os opressores e reforçou o princípio liberal da divisão dos espaços.

(12) O uso conferido à palavra «indústria» sugere a destreza em fazer determinada atividade. Textos sobre indústria caseira também foram publicados na revista *A mulher e a criança*, órgão de propaganda da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, no período em que Ana de Castro Osório integrou a Comissão Dirigente. O segmento, assinado por Eduardo Siqueira, desaparece do periódico em 15 de agosto de 1910, quando Maria Veeda assumiu a Direção.

O feminismo na indústria fabril apresenta gravíssimos inconvenientes. A maternidade das operárias opõe-se ao desenvolvimento profissional tornando a aprendizagem feminina muito mais demorada (...). As operárias também sofrem bastante no período mais crítico de sua missão de mãe.

Há aqui uma questão superior, que mais uma vez se tem ventilado, a do afinamento da raça produzido pelo trabalho da mulher na fábrica.

(...) Contudo, forçoso é confessar que a indústria fabril tem grandes exigências e que não pode estar a mercê destas interrupções⁽¹³⁾.

Imagine-se uma encomenda importante, para certo prazo fixo, ou por outro caso análogo. Os transtornos, os prejuízos, podem tornar-se incalculáveis.

Daqui resulta que o exercício de uma indústria fora do lar não deve ser conferido à mulher (Pereira 1897: 25-27).

Num dos seus textos sobre a relação entre o feminismo e as pautas das mulheres operárias, Angelina Vidal arriscou dizer: «Em minha humilde opinião, Emma [sic] Tristán, delineando a união internacional dos trabalhadores, sobreleva em humanitarismo e acuidade mental Olympia de Gouges com a sua Declaração dos Direitos da Cidadã» (“A mulher nas grandes indústrias II” *Alma Feminina*, 13 de junho de 1907: 45). O comentário diz muito a respeito do feminismo almejado pela escritora socialista. É suposto pensar que, para ela, a conquista dos direitos políticos, cobiçado por mulheres como Olympe de Gouges, não seria suficiente para libertar a maior parte das pessoas, mulheres e homens, de situações opressoras. Diferente da maioria de suas contemporâneas autointituladas feministas, Angelina escolheu Flora Tristán, a socialista franco-prussiana, como símbolo da luta pela emancipação feminina e não só. Partilhando elementos do pensamento utópico, Tristán defendeu que o progresso moral da humanidade dependia da melhora da situação de todos os párias do planeta: trabalhadores, crianças, idosos e mulheres – reafirmando a tese fourierista que relacionava o nível de civilização de uma sociedade ao grau de liberdade que a mesma concedia às suas mulheres (Espigado Tocino 2005: 22).

(13) Refere-se à licença concedida à gestante, na altura prevista pela legislação suíça, por exemplo.

Outro ponto comum entre *Alma Feminina* e os periódicos influenciados pelas correntes utópicas, sobretudo as fourieristas, é a presença da crítica ao casamento burguês e, conseqüentemente, o fomento à união livre e desinteressada entre indivíduos. No texto «Amor e feminismo», publicado no Número 14, alguém que assinou com as siglas A. M. escreveu:

Quanta rapariga solteira não há para aí que cifra toda a sua esperança no casamento e cujos ideais apenas tendem à vida de escravidão que o contrato nupcial lhe proporciona?!...

Habitou-se de criança a ouvir falar no seu casamento, como de uma coisa certa, inevitável, a que não pode fugir. Aceita-o, pois, como uma obrigação e uma necessidade.

Casa muita vez sem quase conhecer o amor.

(...) E, aos 18 anos, a rapariga está casada!

Leva os olhos fechados!

Nada sabe da vida!

Mais tarde vem a desilusão, o desespero!... O *ménage* mal unido!...

A desgraça!

Quem teve a culpa?... Ela? Ah, não, coitada! É a mártir!

O marido! É também uma vítima, senão é porventura o carrasco!

Os pais?! Também não! É o meio acanhado em que vivemos (*Alma Feminina*, 6 de outubro de 1907: 107).

João Chagas, no texto «Crítica ao casamento burguês», presente no número 8, apresentou a seguinte análise:

A mulher das classes médias casa para se emancipar – da sovinice paterna (Os pais pobres sempre regateiam e resmungam). O que ela procura encontrar no casamento, muito mais do que amor, é liberalidade. A ventura conjugal no casamento burguês averigua-se pelo que o marido dá para prato (*Alma Feminina*, 27 de junho de 1907: 59).

Alma Feminina não inaugurou, portanto, uma problematização em torno do casamento burguês, tampouco lançou uma análise que relacionava o modelo de família burguesa à submissão feminina. Apesar disso, é importante notar que, no periódico, tais temáticas foram apresentadas justamente às mulheres das camadas médias que facilmente poderiam se identificar com os apontamentos realizados por A. M. ou

por João Chagas. Tanto em *Alma Feminina* quanto em alguns periódicos influenciados pelas correntes do socialismo utópico, como *El Pensil de Iberia*⁽¹⁴⁾, a crítica ao casamento burguês costumava vir acompanhada de uma solução: a emancipação integral do gênero feminino. Se a mulher tivesse uma profissão e fosse suficientemente remunerada, tal qual um homem, tendo direito a usufruir de seus rendimentos de forma autônoma, então as chances de ela se unir a um companheiro (e vice-versa) por amor, e não por interesse, seriam muito maiores do que nas condições então postas pelo meio social.

Considerações finais

Distinguindo-se de a *Alma Feminina* do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que circulou entre 1917 e 1946, a *Alma Feminina* aqui analisada não atuou como órgão de divulgação de nenhuma associação autodeterminada feminista. Por tal razão, inclusive, configura-se enquanto um documento valioso para a compreensão mais alargada acerca das ações relativas a um projeto de emancipação feminina no contexto português. A despeito de sua efêmera e conturbada circulação, o periódico apresenta evidências das disputas em torno do feminismo e, também, as estratégias utilizadas por feministas que, aparentemente, nutriram interesses e projetos que extrapolavam uma agenda liberal e capitalista. Além de Angelina Vidal, a professora Lucinda Tavares – que participou de iniciativas libertárias ao lado de pessoas como Bartolomeu Constantino, Júlia Cruz⁽¹⁵⁾ e Margarida

(14) Ver por exemplo: «La nueva mujer adúltera». *El Pensil de Iberia*, 30 de maio de 1859: 3-4.

(15) Lisboaeta, nascida no ano de 1886, foi companheira de Bartolomeu Constantino – este, sim, conhecido libertário – e, mais tarde, de Alfredo Correia da Cruz. Júlia participou de diversos grupos libertários, inclusive da União de Mulheres Anarquistas (UMA) – integrada à Federação Anarquista da Região Sul (FARS). Colaborou em muitos periódicos, escrevendo sobre a condição da mulher trabalhadora, e fomentando a união e a mobilização de mulheres anarquistas em torno de pautas anticapitalistas e antissexistas. Além disso, ela e Margarida Paulo – que também fez parte da UMA – foram vozes destoantes do feminismo político em evidência na altura. Num artigo intitulado «Demos o exemplo», publicado no *Agitador*, Júlia Cruz escreve: «A nós, mulheres anarquistas, nos corresponde apoiarmo-nos na nossa consciência e chegar ao ponto em que a convicção é bastante forte para dizer: 'não me submeterei; não posso submeter-me'. Por isso, mulheres anarquistas, despertai, vinde à luta, pela vossa emancipação e dos vossos filhos, não vos importeis com a política porque dela não tirais resultado» (Cruz, 26 de julho de 1914: 3).

Paulo⁽¹⁶⁾ – também colaborou em *Alma Feminina*⁽¹⁷⁾. No texto «O ideal do futuro», publicado no número 8, ela escreveu:

Apesar da aurora luminosa da ciência e das artes, dos vastos e altruístas horizontes abrangidos pelas letras e pela filosofia, os homens continuam a digladiar-se, o ódio a desenvolver-se no seio das sociedades, o capital, eterno explorador das classes proletárias, a exercer a sua nefasta influência, a miséria horripilante e trágica a estigmatizar os desprotegidos da Fortuna!

(...) É a mulher com a ternura de seu coração, com a sutileza de seu espírito, com a sua benéfica influência no seio da família que compete a nobre e grande tarefa de ir gradualmente transformando o estado físico e móvel das sociedades até à perfeição de ver brotar a paz, a harmonia, a igualdade social nas futuras gerações sem distinção étnicas, pátrias ou religiosas (*Alma Feminina*, 27 de junho de 1907: 59).

A partir do argumento da diferença – evidenciando características compreendidas como inerentes à mulher (ternura e sutileza) – e sem dissociar o elemento feminino do seio familiar, Lucinda confiou a transformação do futuro às suas semelhantes. Ao estabelecer um contraponto entre as qualidades dos homens (todas associadas à ideia de destruição) e das mulheres, a professora potencializou e positivou politicamente os atributos femininos, tornando-os ferramentas necessárias à concretização de uma sociedade em que imperasse a harmonia. Cabe recordar que a ideia de «sociedade harmônica» associada à superação de estágios ou períodos precedentes tem sua gênese ou expressão em Fourier, sendo mais tarde trabalhada por outros pensadores, como Jean Grave (Boime 2022: 218). Ora, Lucinda foi a tradutora de *A sociedade moribunda e a anarquia*, obra lançada pelo anarquista francês em 1893 – em Portugal, a edição traduzida foi publicada em 1908, como uma iniciativa da Biblioteca de Estudos

(16) Serventuária das Cozinhas de Assistência, escreveu artigos para periódicos como *Agitador*, *Comuna Livre*, *A Revolta* e *A Greve*.

(17) Em carta endereçada ao libertário luso-brasileiro Pinto Quartín, Lucinda Tavares declara «Vou dedicar-me de alma e coração à *Alma Feminina*»; e pede ao seu interlocutor que colabore com o periódico, escrevendo sobre «a mulher nos destinos das nações» (Tavares 1907).

Sociais. Para compreender melhor a forma com a qual Lucinda finalizou o texto replicado acima, faz-se necessária a recuperação de alguns trechos do livro que traduziu da língua francesa:

(...) Guerras gananciosas são todas as que se empreendem quer em nome da pátria, quer em nome da civilização, porque agora que o patriotismo começa a decair, servem-se muito desta palavra nova para lançarem os trabalhadores contra as populações inofensivas que querem explorar e cujo único mal é terem um desenvolvimento muito atrasado no que se convencionou chamar civilização atual.

(...) Quando se pensa que a maior parte dos nossos chamados civilizados trabalha e morre de fome para enriquecer uma minoria de ociosos e parasitas, quando reflexionamos que são os explorados que fornecem a força para defender os exploradores, podemos crer que temos o direito de ser orgulhosos e vangloriarmo-nos da nossa superioridade? (Grave 1908).

O conteúdo de *Alma Feminina* evidencia, portanto, um cenário de disputas em torno do feminismo, sobretudo dada a correspondência entre este e o futuro. Enquanto algumas expressões feministas atuaram no sentido de modernizar desigualdades – a partir do fomento à concessão de alguns direitos políticos e civis para algumas mulheres, sem que outras estruturas mantenedoras de desigualdades fossem abaladas – outras, partindo de mulheres como Angelina Vidal e Lucinda Tavares, chegaram à compreensão de que era também preciso combater outras formas de opressão, relacionadas, especialmente, à classe. Lucinda, provavelmente influenciada por Jean Grave e outro(a)s teórico(a)s de tendência libertária foi ainda mais longe, delegando à mulher a responsabilidade de transformar as sociedades «até à perfeição» – esta entendida como sinônimo de igualdade social, «sem distinção étnicas, pátrias ou religiosas». Ora, tendo em vista as relações estabelecidas entre Portugal e suas respectivas colônias africanas – ressignificadas, na altura, como forma de «salvação para o pouco desenvolvido capitalismo português, mas também como uma questão de orgulho nacional» (Domingues 2022: 44), o posicionamento da feminista libertária expressa resistência às políticas de um Estado que se sustentava a partir de múltiplos eixos de opressão, como os de raça, classe e gênero.

Referências bibliográficas

Fontes

- [sem autoria] (1891, agosto 2). "Feminismo", *A Pacotilha*.
- [sem autoria] (1907, maio 6). "O nosso jornal", *Alma Feminina*, Vol. 1, Nº 1.
- [sem autoria] (1907, junho 27). "A «Alma Feminina» nas classes operárias", *Alma Feminina*, Ano I, Nº 8.
- [sem autoria] (1907, agosto 25). "A reaparição de nosso jornal", *Alma Feminina*, Vol. 1, Nº 10.
- A. M. (1907, outubro 6). "Amor e feminismo", *Alma Feminina*, Ano I, Nº 14.
- Bombarda, Miguel (1897, janeiro 27). "O Feminismo", *O Correio de Lisboa*.
- Braga, Teófilo (1907, maio 13). "Razão do Feminismo", *Alma Feminina*, Vol. 1, Nº 2.
- Carvalho, Amália Vaz de (1898, junho 30). "Seleção", *Mensageira*, Ano 1, Nº 18.
- Chagas, João (1907, junho 27). "Crítica ao casamento burguês", *Alma Feminina*.
- Cruz, Júlia (1914, julho 26). "Demos o exemplo", *Agitador*, Ano I, Nº2.
- Grave, Jean (1908). *A sociedade moribunda e a anarquia*. Lisboa, Biblioteca de Estudos Sociais.
- Ministério das Finanças (1911, dezembro). *Censo da População de Portugal*.
- Pereira, João Manuel Esteves (1897). *O feminismo na indústria portuguesa*. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional.
- Quaresma, Virgínia (1906, agosto 6). "Ainda as pseudo-feministas", *Vanguarda*.
- « - » (1907, agosto 8). "Feminismo e feministas", *Alma Feminina*, Vol. 1, Nº 9.
- Tavares, Lucinda (1907, junho 27). "O ideal do futuro", *Alma Feminina*.
- « - » (1907, junho 18). Correspondência de Lucinda Cardoso Tavares (PT-AHS-ICS-PQ-CP-307). Arquivo de História Social.
- Vidal, Angelina (1885, agosto 1). "A Mulher", *Gazeta Maçónica*.
- « - » (1907, junho 13). "A mulher nas grandes indústrias II", *Alma Feminina*, Ano I, Nº 6.

Bibliografia

- Adler, Laure (1979). *A l'aube du féminisme, les premières journalistes (1830-1850)*. Paris: Payot.
- Alvim, Maria Helena Vilas Boas e (2005). *Do tempo e da moda: A moda e a beleza feminina através das páginas de um jornal (Modas e Bordados – Suplemento de O Século, 1912-1926)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Besse, Susan (1999). *Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EDUSP.
- Boime, Albert (2022). *Art and the French Commune: Imagining Paris after War and Revolution*. Princeton: Princeton University Press.
- Buitoni, Dulcília Helena Schroeder (2009). *Mulher de papel: A representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus Editorial.
- Crenshaw, Kimberlé (1989). "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics", *University of Chicago Legal Forum*, 1, 139-167.
- Domingues, Mário. (2022). *A afirmação negra e a questão colonial. Textos, 1919-1928*. Lisboa: Tinta da China.
- Duarte, Constância Lima (2016). *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX – Dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Espigado Tocino, Gloria. (2005). "Mujeres «radicales»: utópicas, republicanas e internacionalistas en España (1848-1874)", *Ayer*, 60, 15-43.
- « - » (2008). "La Buena Nueva de la mujer-profeta: identidad y cultura política en las fourieristas M.a José Zapata y Margarita Pérez de Celis", *Pasado y Memoria: Revista de Historia Contemporánea*, 7, 15–33.
- Esteves, João (2001). "Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1.ª década do século XX", *Penélope: revista de história e ciências sociais*, 25, 87–112.
- Guinote, Paulo (1997). *Quotidianos Femininos (1900-1933)*. Lisboa: Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher.
- Laughlin, Kathleen et al. (2010). "Is It Time to Jump Ship? Historians Rethink the Waves Metaphor", *Feminist Formations*, 22(1), 76–135.
- Leal, Maria Ivone (1992). *Um século de periódicos femininos: Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

- Lopes, Ana Maria Costa (2005). *Imagens de mulher na imprensa de oitocentos: Percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera.
- Monteiro, Natividade da Conceição André. (2004). *Maria Veleda (1871-1955) – Uma professora feminista, republicana e livre-pensadora: Caminhos trilhados pelo direito de cidadania* [Tese (Mestrado)]. Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa.
- Seixas, Maria Augusta Anselmo (2004). *Virgínia Quaresma (1182-1973): A primeira jornalista portuguesa* [Tese (Mestrado)]. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Vaquinhas, Irene. (2013). “Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)”, in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*: Vol. I: A-E. Lisboa: Edição Assembleia da República – Divisão de Edições, 261-262.
- Veauvy, Christiane (2017, Junho). “As Proletárias Saint-Simonianas e sua Herança – Entre Ocultação e (re)Descoberta de seus Itinerários e Escritos”, *ILHA*, 19(1), 7-44.
- Vidal, Mário de Campos (2010). *Angelina Vidal: Escritora, jornalista, republicana, revolucionária e socialista*. Parede: Tribuna da História.